

**RESENHAS /**  
*REVIEWS*



## LIÇÕES FINLANDEASAS COM PASI SAHLBERG: SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA E QUALIDADE

FINNISH LESSONS WITH PASI SAHLBERG: ON PUBLIC EDUCATION AND QUALITY

Hugo Heleno Camilo Costa\*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil

SAHLBERG, P. **Finnish Lessons 2.0**: What can the world learn from educational change in Finland?. New York: Teachers College Press, 2015.

Teoricamente, não confio ou acredito em modelos ou exemplos, ao menos não como propriedades a serem transferidas de um contexto a outro. Penso que quando defendemos algo nesse sentido, já estamos noutra situação, noutra cenário, e, portanto, nada “mais” pode ser o “mesmo”. Mas também não julgo produtivo assumir que passamos impunes por tudo o que nos acessa. Nesse ponto reside minha perspectiva para a presente resenha: se não podemos escapar à influência, também não podemos nos furtar à responsabilização pelo modo como lidamos, adulteramos, suplementamos (DERRIDA, 2001), para além de uma consciência, na relação com aquilo que nos toca. Digo, assim, que o movimento de apropriação de algo não o carrega, em sua integridade, para ser reconectado ou adaptado a distintas ocasiões ou realidades. Resta, de um movimento de apreensão, um desejo, sempre violento, de intervenção, perda e suplementação daquilo que já não está ou é aqui.

Penso que soluções finais não existem, justamente por ter em conta que o caráter incontrolável da linguagem nos leva sempre a novos contextos, a novos desafios, constituídos em hibridismos identitários e, portanto, a uma incessante instabilização das verdades sobre o mundo. Entretanto, alguma partida, relacionada a um suposto cenário, deve ser tomada; alguma decisão acontece. Dentre tantas outras, esta resenha é uma possibilidade.

Em tempos em que assistimos à apropriação de diferentes exemplos e modelos de políticas curriculares estrangeiras, justificadas

---

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153008>

\*Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ). Membro do Grupo de pesquisa “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura” e do “Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Baixada Fluminense”. Bolsista nota 10 da Faperj. E-mail: < hugoguimel@yahoo.com.br > .

por determinado critério de sucesso, para a promoção de reformas na educação brasileira, tal como tem sido amplamente defendido no âmbito dos movimentos pela Base Nacional Comum<sup>1</sup>, penso ser oportuna a proposição, para este debate, da leitura do livro *Finnish Lessons*, de Pasi Sahlberg. Se estamos no campo de proposições de modelos, este livro, pautado no caso de excelência educacional da Finlândia, é uma bandeira inspiradora para aqueles que defendem a qualidade na e para educação, levando em consideração seu caráter estratégico como serviço público, encetado entre as demandas socioculturais da nação, dos atores envolvidos com a educação, e as demandas do mundo globalizado.

No livro *Limited Inc.*, Derrida (1991) chama a atenção para o quanto sobram, como traços ou rastros, restos mínimos na “iterabilidade”, na menção àquilo que julgamos acessar, transportar para outros contextos. Isso significa dizer que, ainda que não haja, de fato, a possibilidade de falar o mesmo que o outro, sua língua, negociamos com os significantes, por meio de possibilidades “mínimas” de observação, o que é básico à comunicação, à sensação de tratarmos de algo que supomos ser a mesma coisa.

Com essa breve aspiração derridiana, em um momento em que são mobilizadas políticas que defendem uma propriedade “básica” ou “comum” a determinada visão de conhecimento, vida, sujeito e mundo, é possível atentar para a leitura educacional, também interessante, que nos traz Sahlberg, sem, contudo, recair em defesas exasperadas de modelos de políticas importados para a experiência brasileira. O que leitura de Derrida oportuniza é a apreciação, posta em movimento na Finlândia, da atitude de reforma do trabalho do pesquisador educacional. É por meio dessas lentes que nos convido a pensar na possibilidade de que nossa visão de mudança ou reforma educacional se constitua em termos mais plurais.

Crítico do movimento de difusão de padrões e metas a serem alcançados nas reformas educacionais, que tem sido defendido por instituições privadas e governos em diferentes países do globo (o que o autor vem convenientemente chamar de GERM, sigla em inglês para Movimento de Reforma Educacional Global), Sahlberg (2015) coloca como aspecto central nessa discussão que a educação seja introduzida em um espaço livre de metas. Segundo o autor, o avanço do GERM é propulsionado por perspectivas cognitivistas e construtivistas de aprendizagem; pela busca da efetividade de determinado padrão de ensino para crianças (majoritariamente voltado para língua materna e matemática); e pelo aumento da competição e da contabilização/mensuração na educação, o que incide na descentralização dos serviços públicos. Nessa perspectiva

insere-se a difusão de exames centralizados para nações inteiras, como forma de controlar o trabalho de professores e alunos.

Sahlberg destaca que, desde a década de 1970, a Finlândia, em um contexto de expressivas reformas educacionais mundiais, que ocorriam em marcha semelhante nos Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália, optou por um caminho diferenciado, assim como Coreia do Sul, Canadá, Japão, Singapura e Estônia. Estes últimos assumiram os caminhos de suas muitas singularidades culturais, sem negligenciar um contexto global, visando a uma construção que não se apoiasse em orientações ou perspectivas importadas diretamente de outros países. Assumiram a necessidade de fazer diferente. Pensaram rumos alternativos ao global, àquilo que estava posto como tendência de reforma, para buscar soluções para os seus próprios problemas, para a realidade de estudantes e professores nas escolas.

Segundo ao autor, foi justamente em consideração a um mundo global, em que a produção de conhecimento é central, que o país passou a concentrar esforços e investimentos públicos na educação, reconhecendo a importância de que tal serviço jamais deixasse de ser público, haja vista seu caráter estratégico para o desenvolvimento da nação em todos os níveis. Na Finlândia, a inovação em educação não parte da produção de teorizações ou filosofias próprias, ainda que facilmente se possa dizer que de algum modo isso ocorre, mas, assim como em outras partes do globo, o país também lança mão de uma série de perspectivas educacionais comuns. Ele mantém, no entanto, suas preocupações culturais como refratárias a tais teorizações e perspectivas educacionais.

A diferença, na Finlândia, está na atitude alternativa em que se constituiu a reforma educacional, iniciada há mais de duas décadas no país, que preconizou a negociação de valores nacionais (defesa do estado de bem-estar social; valorização do trabalho docente por meio do aumento da qualificação, autonomia e remuneração entre as mais altas do país; descentralização do sistema escolar, tendo em vista as diferenças culturais de cada localidade) com demandas do mercado global. O que Pasi Sahlberg nos coloca é que a busca pelo desenvolvimento dos sistemas educacionais não deve ser alheia às discussões globais, mas deve se orientar em função e em defesa da cultura do país, em favor do bem-estar de professores e alunos, o que abre a possibilidade para o desenvolvimento humano e social a ponto de levar a nação ao desenvolvimento econômico e ao aumento de sua competitividade ao nível internacional.

Para o pesquisador finlandês, o país assumiu que uma reforma que não levasse em consideração o diálogo com professores e estudantes alijaria os principais atores e, ainda, levaria a disfunções

generalizadas na reforma. O caminho encontrado foi produzir uma relação de confiança entre autoridades educacionais e escolas, o que proporcionou a construção de um projeto coletivo, amplamente acolhido por professores, estudantes e pais, colocado em movimento e que funciona sob constante revisão. O autor não restringe a um único fator o sucesso ou fracasso educacional de uma nação. Mas, como contribuição, destaca aspectos que propiciaram o desenvolvimento social e econômico da Finlândia, por meio de massivos investimentos em educação e de políticas constituídas em negociação com professores e estudantes. Segundo ele, a maior lição do livro está na defesa de que os rumos de crescimento educacional e socioeconômico de um país não podem se dar através de movimentos generalizados globalmente, como o GERM. Assim, cada nação deve buscar a construção de seus próprios caminhos, deve lançar mão de sua plasticidade cultural na elaboração de projetos educacionais que façam sentido para seu povo, para suas escolas.

Com essa visão, em duas décadas a Finlândia se constituiu em um país de economia competitiva, com baixos níveis de corrupção, boa qualidade de vida pautada no desenvolvimento sustentável. Tais características influenciam a proposição de políticas educacionais, que são orientadas na experiência de desenvolvimento do país, levando a que a flexibilidade e a experimentação criativa façam parte do trabalho de professores e alunos.

O autor coloca que a Finlândia não é o país mais rico do mundo, mas é um dos que mais investe em educação. Porém, ressalta não se tratar, somente, de aumentar o aporte de recursos, mas do modo como eles são usados, e de como se interpreta o investimento em qualidade na educação. A reforma finlandesa se apoia em ideias que dizem respeito à cultura, à história do país e às mudanças que teve de enfrentar, e são sintetizadas nos lemas: “ensinar menos para aprender mais”, “avaliar menos para aprender mais”, e “aumentara igualdade através do crescimento da diversidade”.

O primeiro, “ensinar menos para aprender mais”, se orienta no sentido de que os alunos não devem ser sobrecarregados com trabalhos de casa extensos. Quando necessários, devem demandar aproximadamente 30 minutos para serem resolvidos, pois os estudantes precisam se dedicar às atividades com que se identificam e que querem desenvolver. Já os professores não são sobrecarregados com longas jornadas de trabalho, ministrando cerca de quatro horas-aula (de 45 minutos cada) ao dia, porque importa que tenham condições de se envolver com projetos de melhoria e crescimento da

escola, com as atividades de planejamento, além de poder se dedicar ao seu desenvolvimento profissional durante o horário de trabalho.

O segundo, “avaliar menos para aprender mais”, consiste em uma visão de avaliação que precisa ocorrer de forma espontânea e obedece ao planejamento definido pelo professor, não devendo ser algo determinado por órgãos de gestão educacional. Há, ainda, testes semestrais, pautados em problemas, acadêmicos e não acadêmicos, propostos com foco nos engajamentos dos alunos. Tais avaliações são pensadas pela comunidade nos termos de suas questões culturais locais e, então, são definidos critérios para avaliação dos alunos. Não há padronização nacional de testes a serem aplicados para a avaliação das escolas; não há comparação e medição ou ranqueamentos entre escolas, pois suas avaliações e propostas curriculares são singulares, assim como a cultura de cada escola. Mas, em um terceiro nível de avaliação, há um teste nacional, voltado para os anos de fim de ciclo (anos finais de níveis que equivaleriam ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio no Brasil), que se baseia na escolha de algumas escolas do país e que conta com voluntariado da maioria dos alunos.

Entretanto, apesar de serem considerados como uma pequena pesquisa de mensuração de resultados do sistema, os testes nacionais não podem ser utilizados para avaliar a qualidade de professores e alunos ou escolas, mas são formas de acompanhamento das mudanças educacionais. Com tais meios avaliativos, segundo Sahlberg, se observou um movimento: os professores tendem a redesenhar suas propostas curriculares em função do modo como seus alunos lidam com as avaliações, o que traz melhorias e desenvolvimento para a escola, tendo em vista suas expectativas e seus princípios norteadores.

O terceiro lema, “aumentar a igualdade através do crescimento da diversidade”, decorre do aumento da diversidade populacional, principalmente a partir da década de 1980, quando houve significativo crescimento da migração para o país. A partir de então, passou-se a privilegiar a valorização cultural estrangeira e das diferentes regiões do país, em suas peculiaridades, em vez de focar padronizações culturais. A Finlândia passou a lidar com um cenário de mudanças muito específico, tendo um aumento expressivo no número de migrantes em um curto período, o que levou a percentuais significativos de população residente não falante de qualquer uma das três línguas nacionais (finlandês, sueco e sami).

A distribuição dos migrantes e os projetos de acolhimento de suas culturas foram pensados como meios de evitar a formação de guetos ou conflitos entre os grupos. As políticas de inclusão também

foram caracterizadas pelo treinamento de professores assistentes para atuar com foco na etnicidade dos alunos, em seus interesses e habilidades. Tais políticas foram motivadas nacionalmente, mas deixando a gestão de tal processo sob os cuidados de cada escola, para que pudessem pensar as mudanças no âmbito de sua realidade local, com foco nos interesses e desafios que, de fato, professores e alunos enfrentavam.

Segundo Sahlberg, os dados de pesquisas sobre essas políticas demonstram que a Finlândia conseguiu aumentar a igualdade em educação mesmo com vultosas transformações populacionais em curto período, o que não se observou em outros países. Nesse sentido, apesar do padrão de qualificação inferior entre os pais dos alunos imigrantes, assim como de suas condições financeiras reduzidas em relação aos nativos, o país conseguiu minimizar a diferença de aprendizado entre os alunos, ao mesmo tempo que se tornou um país mais diverso culturalmente e mais complexo socialmente.

Outro aspecto repetido (assumidamente) pelo autor é o fortalecimento dos professores, de seus planos de carreira e perspectivas profissionais. Na Finlândia, aumentou o número de jovens que querem ser professores. Segundo Sahlberg, foi fundamental construir um senso de valorização da figura docente no país, pois só assim foi possível atrair e manter profissionais qualificados e interessados. Boa remuneração e liberdade aos professores são questões fundamentais, ao invés da concessão de bônus para o alcance de metas e da submissão a avaliações padronizadas. Mas a verdadeira atitude finlandesa para com os professores está em reconhecer a necessidade de que sejam bem qualificados e que tenham poder e condições de exercer seu conhecimento e julgamento profissionais, de forma independente e coletiva nas escolas em que atuam. Professores coordenam a produção curricular, a avaliação e o envolvimento da comunidade.

Ele coloca, ainda, que, na atualidade finlandesa, é pontuado como uma questão norteadora dos movimentos reformistas para a educação o pressuposto de que todo projeto deve se apoiar no bem-estar de professores e alunos, assim como deve se constituir em colaboração com as demandas dos profissionais da educação e dos jovens. No entanto, pontua que nem sempre essa visão foi aceita amplamente, pois, desde sua definição, em meados da década de 1970, lideranças empresariais e políticas (parlamentares e educacionais) se mantiveram áspersas ao sistema educacional, o que mudou quando da divulgação do resultado do PISA em 2001, momento em que a educação finlandesa passou a ser mundialmente considerada como referência.

A produção de *Finnish Lessons* não é uma forma de convencer os envolvidos com a educação, nos diferentes locais do globo, a



adotar o modelo finlandês como padrão para suas reformas. Sua principal expectativa é a de que o livro suscite uma reflexão sobre o modo como podemos pensar as reformas, a produção de políticas para a educação, fora de uma métrica mundial de ranqueamentos e padrões comuns para todos, sem o estabelecimento do que vem a ser o melhor ou o pior sistema educacional.

Para o autor, a principal lição finlandesa para a educação está na defesa de que profissionais e formuladores de políticas de todo o mundo pensem mais profundamente sobre suas culturas, demandas e singularidades locais. A excelência educacional finlandesa repousa sobre um movimento de longo prazo do país em aprender com outras nações, e, ao mesmo tempo, pensar uma perspectiva educacional voltada para as singularidades de cada cultura escolar, para a autonomia e maiores aportes de investimentos em melhorias nas condições de trabalho de professores e alunos. Por outro lado, o autor coloca que o sucesso finlandês até o presente não é garantia de sucesso futuro, o que já constitui desafio.

No entanto, um consenso tem sido produzido para a Finlândia: a assunção dos caminhos do GERM (com privatização, exames centralizados e controle do trabalho docente através de metas) poderá pôr fim a qualquer chance de o país continuar crescendo, além de se constituir em uma grande ameaça à cultura nacional e aos esforços das escolas finlandesas. Somando-se ao referido consenso, o autor coloca a importância cultural, com apelo público, de que sejam buscados caminhos diferentes daqueles dos demais países.

Segundo Sahlberg, independentemente dos caminhos a serem seguidos, deve-se observar a importância de que se priorize a igualdade de acesso, apoiada na distribuição de responsabilidades e confiança. Para o autor, importa que professores sejam bem preparados, tenham tempo para se dedicar às aulas e sejam bem remunerados, assim como tenham liberdade para planejar currículos, avaliações e gerir suas aulas, para que sejam respeitados e tenham um ambiente de trabalho saudável. O autor diz que, em termos educacionais, a Finlândia nada mais fez do que respeitar suas tradições culturais e combiná-las com a influência estrangeira.

O “Grande Sonho” na Finlândia é mobilizado pelo recurso à emoção para fazer mudanças. Para Sahlberg, atualmente, é possível sintetizar um norte à reforma vindoura para a educação finlandesa na frase: “Ajudar todos os estudantes a encontrar seus talentos e paixões na escola”. A escola, para ele, precisa ser um lugar seguro para a produção de conhecimento, por meio da exploração, da tomada de decisões, da assunção de riscos, da experimentação e da interação

com o outro; um lugar para aprender, também, a errar, pois sem a experiência do erro não há produção de novas ideias.

O futuro da educação, segundo o autor, deve se pautar em menos aulas baseadas no ensino em sala, em uma educação mais personalizada, ter foco em habilidades sociais, em empatia e liderança, na proposição de uma educação voltada ao desenvolvimento de talentos. Na Finlândia a ideia de reforma, tão enfatizada pelo GERM, é tida como algo ineficiente, pois é pensada como ajuste no que tem problemas, quando, para os defensores do sistema educacional público finlandês, o que importa, de fato, é um amplo redesenho da educação.

O trabalho de Sahlberg em muito poder auxiliar a pensar os rumos da educação brasileira. Entre suas defesas, está a importância da valorização e do aprimoramento das condições do trabalho docente, além da compreensão das demandas culturais locais. Além disso, a educação é costurada, ao longo do livro, como cerne de toda a política pública da Finlândia; de um modelo de crescimento que pressupõe a valorização e o diálogo contínuo com seus educadores e que se baseia em um desenvolvimento pensado a partir da cultura do país. Não penso ser possível viver o mesmo que o outro, mas podemos aprender muito com ele. Boa aula!

## REFERÊNCIAS

- DERRIDA, J. **Limited Inc.** Campinas: Papyrus, 1991.  
 DERRIDA, J. **Posições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Cf.: Base Nacional Comum. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.org.br/materiais-de-referencia/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

**Recebido:** 08/08/2015

**Aprovado:** 18/09/2015

**Contato:**

(PROPED/UERJ)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã,

Rio de Janeiro | RJ | Brasil

CEP 20.550-900